

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	83
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	85
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	86
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	87
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.284.105.562
Preferenciais	0
Total	2.284.105.562
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	2.063.455	2.046.534	2.026.599
1.01	Ativo Circulante	54.853	51.704	52.206
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.585	14.031	10.819
1.01.02	Aplicações Financeiras	14.529	11.426	12.500
1.01.03	Contas a Receber	25.944	22.131	23.237
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	25.944	22.131	23.237
1.01.03.02.01	Contas a Receber	25.772	22.049	23.202
1.01.03.02.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	172	82	35
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.281	1.526	2.669
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.281	1.526	2.669
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.097	1.926	2.788
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	417	664	193
1.01.08.03	Outros	417	664	193
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	2	4	12
1.01.08.03.02	Outros	415	660	181
1.02	Ativo Não Circulante	2.008.602	1.994.830	1.974.393
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	268.674	260.886	225.940
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	32.753	32.334	29.216
1.02.01.07	Tributos Diferidos	208.471	200.528	169.447
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	208.471	200.528	169.447
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	6.570	7.220	8.646
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	20.880	20.804	18.631
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	17.777	17.941	18.631
1.02.01.10.04	Outras Contas a Receber	3.103	2.863	0
1.02.03	Imobilizado	25.531	27.964	14.711
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.181	7.502	8.244
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	18.350	20.462	6.467
1.02.03.02.01	Direito de Uso (IFRS 16)	18.350	20.462	6.467

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.04	Intangível	1.714.397	1.705.980	1.733.742
1.02.04.01	Intangíveis	1.714.397	1.705.980	1.733.742
1.02.04.01.02	Intangível	1.635.930	1.620.471	1.685.132
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	78.467	85.509	48.610

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	2.063.455	2.046.534	2.026.599
2.01	Passivo Circulante	309.267	304.742	248.454
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.369	6.937	7.541
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.369	6.937	7.541
2.01.02	Fornecedores	20.661	20.353	9.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.661	20.353	9.987
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	20.661	20.353	9.987
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.141	4.203	3.697
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.141	4.203	3.697
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	112.149	98.000	78.841
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	102.278	96.060	77.051
2.01.04.02	Debêntures	9.871	1.940	1.790
2.01.05	Outras Obrigações	25.884	23.061	26.404
2.01.05.02	Outros	25.884	23.061	26.404
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais de Fornecedores	7.829	8.899	10.197
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	8.291	4.338	8.105
2.01.05.02.07	Taxa de Fiscalização	1.417	1.323	1.276
2.01.05.02.08	Transações com Partes Relacionadas	3.603	3.450	2.884
2.01.05.02.11	Arrendamento Mercantil	4.744	5.051	3.942
2.01.06	Provisões	138.063	152.188	121.984
2.01.06.02	Outras Provisões	138.063	152.188	121.984
2.01.06.02.04	Provisão para Investimentos em Rodovias	76.506	72.970	65.815
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovias	61.557	79.218	56.169
2.02	Passivo Não Circulante	633.817	637.996	613.350
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	398.689	493.598	526.760
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	302.139	402.628	442.794
2.02.01.02	Debêntures	96.550	90.970	83.966
2.02.02	Outras Obrigações	168.199	76.534	40.043

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	152.739	60.494	37.146
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	152.739	60.494	37.146
2.02.02.02	Outros	15.460	16.040	2.897
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	1.189	352	114
2.02.02.02.11	Arrendamento Mercantil	14.271	15.688	2.783
2.02.04	Provisões	66.929	67.864	46.547
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.208	6.405	6.386
2.02.04.02	Outras Provisões	60.721	61.459	40.161
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	60.721	61.459	35.635
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	0	0	4.526
2.03	Patrimônio Líquido	1.120.371	1.103.796	1.164.795
2.03.01	Capital Social Realizado	1.513.585	1.480.385	1.480.385
2.03.04	Reservas de Lucros	-393.214	-376.589	-315.590

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	499.484	434.081	452.322
3.01.01	Serviços Prestados	383.448	352.921	370.084
3.01.02	Receita dos Serviços de Construção	133.193	94.182	94.322
3.01.03	Receitas Acessórias	17.570	16.915	18.864
3.01.04	Deduções dos Serviços Prestados	-34.727	-29.937	-30.948
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-448.091	-449.817	-427.615
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-314.898	-355.635	-333.293
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-133.193	-94.182	-94.322
3.03	Resultado Bruto	51.393	-15.736	24.707
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.977	-24.528	-26.572
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.829	-26.248	-28.330
3.04.02.01	Remuneração da Administração	0	0	-3.201
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.829	-26.248	-25.129
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.852	1.720	1.758
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	28.416	-40.264	-1.865
3.06	Resultado Financeiro	-52.984	-51.816	-65.512
3.06.01	Receitas Financeiras	2.184	3.417	3.710
3.06.02	Despesas Financeiras	-55.168	-55.233	-69.222
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-55.134	-55.152	-69.199
3.06.02.02	Variação Cambial	-34	-81	-23
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-24.568	-92.080	-67.377
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.943	31.081	22.562
3.08.02	Diferido	7.943	31.081	22.562
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-16.625	-60.999	-44.815
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-16.625	-60.999	-44.815
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,0073	-0,0267	-0,0201

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-16.625	-60.999	-44.815
4.03	Resultado Abrangente do Período	-16.625	-60.999	-44.815

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	186.816	174.769	146.989
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	218.202	201.690	212.296
6.01.01.01	Prejuízo Líquido do Período	-16.625	-60.999	-44.815
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	146.981	136.194	130.807
6.01.01.03	Baixa de Ativos imobilizados e intangíveis líquidos	851	124	134
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-7.943	-31.081	-22.562
6.01.01.05	Baixa de ativos por direito de uso	131	0	0
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-1.768	-697	-1.546
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias sobre Mútuos	5.583	1.586	760
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos	33.945	38.914	49.135
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	5.937	5.062	6.099
6.01.01.10	Despesas (Receitas) Financeiras dos Ajustes a Valor Presente	7.749	7.413	11.337
6.01.01.11	Constituição (Reversão) de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	4.208	4.787	6.078
6.01.01.12	Constituição (Reversão) de Provisão para Manutenção	38.899	100.485	76.821
6.01.01.13	Atualização Monetária de Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	160	-145	0
6.01.01.16	Taxa de Fiscalização	94	47	48
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32.683	-28.238	-61.373
6.01.02.01	Contas a Receber - Ativo	-3.963	-1.710	-4.230
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas - Ativo	-90	-47	-35
6.01.02.03	Impostos a Recuperar - Ativo	882	1.249	-722
6.01.02.05	Depósitos Judiciais - Ativo	164	-23	268
6.01.02.06	Fornecedores - Passivo	4.376	1.606	-7.799
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas - Passivo	429	1.159	1.596
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores - Passivo	-1.242	-877	948
6.01.02.09	Obrigações Sociais - Passivo	1.432	-604	821
6.01.02.10	Obrigações Fiscais - Passivo	1.520	-3	-145
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-691	0
6.01.02.15	Outras Contas a Pagar - Passivo	3.953	-3.767	1.317

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.18	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais - Passivo	-4.565	-4.623	-4.135
6.01.02.20	Pagamento de Juros - Federais - Passivo	-35.579	-19.907	-49.257
6.01.03	Outros	1.297	1.317	-3.934
6.01.03.02	Despesas Antecipadas - Ativo	479	2.288	-612
6.01.03.04	Outros Créditos - Ativo	245	-479	600
6.01.03.09	Custo de Transação - Empréstimo	573	-492	467
6.01.03.11	Outros valores pagos	0	0	-4.389
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-206.413	-145.881	-198.953
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-522	-537	-1.685
6.02.02	Aquisição de Itens do Intangível	-203.500	-143.891	-189.401
6.02.04	Aplicação Financeira	0	-3.269	-2.962
6.02.05	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	712	742	2.502
6.02.06	Aplicação Financeira	-3.103	1.074	-7.407
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	16.151	-25.676	48.464
6.03.02	Captações de Empréstimos	0	1.026	0
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos - Principal	-94.656	-41.260	-64.093
6.03.04	Pagamento arrendamento mercantil	-6.368	-4.281	0
6.03.06	Pagamentos de debêntures - Principal	-3.525	-3.161	-2.943
6.03.08	Captações de empréstimos empresas ligadas	87.500	22.000	36.500
6.03.15	Aumento de Capital	33.200	0	79.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.446	3.212	-3.500
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.031	10.819	14.319
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.585	14.031	10.819

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.480.385	0	0	-376.589	0	1.103.796
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.480.385	0	0	-376.589	0	1.103.796
5.04	Transações de Capital com os Sócios	33.200	0	0	0	0	33.200
5.04.01	Aumentos de Capital	33.200	0	0	0	0	33.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.625	0	-16.625
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-16.625	0	-16.625
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.513.585	0	0	-393.214	0	1.120.371

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.480.385	0	0	-315.590	0	1.164.795
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.480.385	0	0	-315.590	0	1.164.795
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-60.999	0	-60.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-60.999	0	-60.999
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.480.385	0	0	-376.589	0	1.103.796

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**


Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.401.385	0	0	-270.775	0	1.130.610
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.401.385	0	0	-270.775	0	1.130.610
5.04	Transações de Capital com os Sócios	79.000	0	0	0	0	79.000
5.04.01	Aumentos de Capital	79.000	0	0	0	0	79.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.815	0	-44.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.815	0	-44.815
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.480.385	0	0	-315.590	0	1.164.795

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	550.523	471.600	485.095
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	383.448	352.921	370.084
7.01.02	Outras Receitas	167.075	118.679	115.011
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	133.193	94.182	94.322
7.01.02.02	Receitas Acessórias	22.175	18.682	20.689
7.01.02.03	Juros Capitalizados	11.707	5.815	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-276.797	-293.799	-276.944
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.910	-20.945	-21.332
7.02.04	Outros	-255.887	-272.854	-255.612
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-133.193	-94.182	-94.322
7.02.04.02	Custo dos Serviços Prestados	-54.906	-51.080	-64.217
7.02.04.03	Custo da Provisão de Manutenção	-38.899	-100.485	-76.821
7.02.04.04	Custo da Concessão	-28.889	-27.107	-20.252
7.03	Valor Adicionado Bruto	273.726	177.801	208.151
7.04	Retenções	-146.981	-136.194	-130.807
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-146.981	-136.194	-130.807
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	126.745	41.607	77.344
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.150	3.336	7.283
7.06.02	Receitas Financeiras	2.184	3.417	3.710
7.06.03	Outros	-34	-81	3.573
7.06.03.01	Juros Capitalizados	0	0	3.596
7.06.03.02	Outros	-34	-81	-23
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	128.895	44.943	84.627
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	128.895	44.943	84.627
7.08.01	Pessoal	52.243	46.601	48.300
7.08.01.01	Remuneração Direta	39.906	34.505	36.076
7.08.01.02	Benefícios	9.950	9.822	9.231
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.387	2.274	2.993

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.025	-1.307	8.738
7.08.02.01	Federais	7.504	-19.486	-10.452
7.08.02.02	Estaduais	2	3	1
7.08.02.03	Municipais	19.519	18.176	19.189
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.669	59.062	71.644
7.08.03.01	Juros	39.882	43.976	55.234
7.08.03.02	Aluguéis	247	34	108
7.08.03.03	Outras	20.540	15.052	16.302
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados BNDES	629	583	612
7.08.03.03.03	Juros Capitalizados Debêntures	11.078	5.232	2.984
7.08.03.03.06	Outras	8.833	9.237	12.706
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-11.042	-59.413	-44.815
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.583	1.586	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-16.625	-60.999	-44.815
7.08.05	Outros	0	0	760
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	0	0	760



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fernão Dias

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Fernão Dias.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

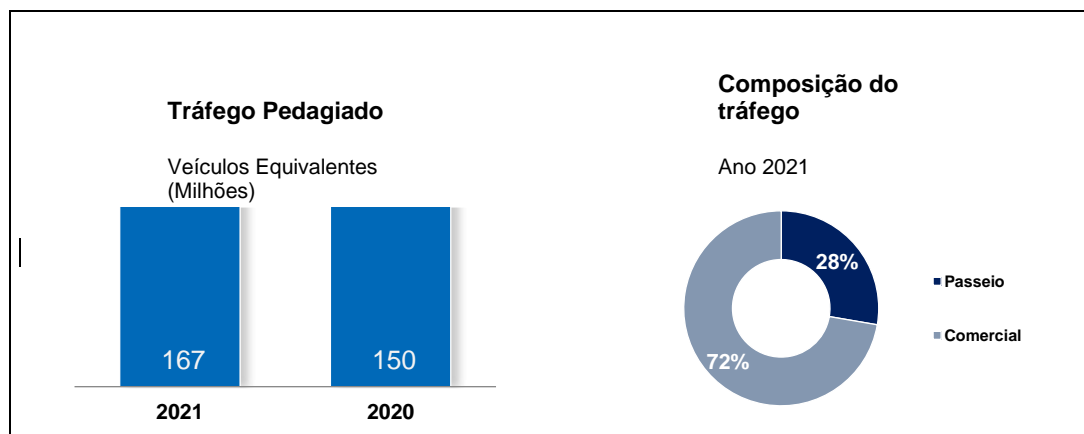
A Autopista Fernão Dias foi constituída em 19 de dezembro 2007 com suas operações iniciadas em 15 de agosto de 2008, sendo o contrato de concessão, que abrange o trecho da rodovia BR-381 SP/MG que liga São Paulo/SP a Belo Horizonte/MG. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração sob forma de concessão de serviço público precedido de obra pública, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com direito a cobrança de pedágio pelo prazo de 25 anos.


Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Fernão Dias são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Ao longo do ano de 2021 a tarifa praticada para veículos de passeio foi de R\$ 2,30 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros.

Em 2021, o tráfego pedagiado totalizou 166,7 milhões de veículos equivalentes, volume este superior em 11,1% em relação ao registrado no ano anterior (150,0 milhões). Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados, principalmente a atividade econômica brasileira, impactado pela pandemia (COVID-19) em 2020.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 534,2 milhões com as atividades de transporte rodoviário, com aumento de 15,13% sobre o obtido em 2020 de R\$ 464,0 milhões.





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

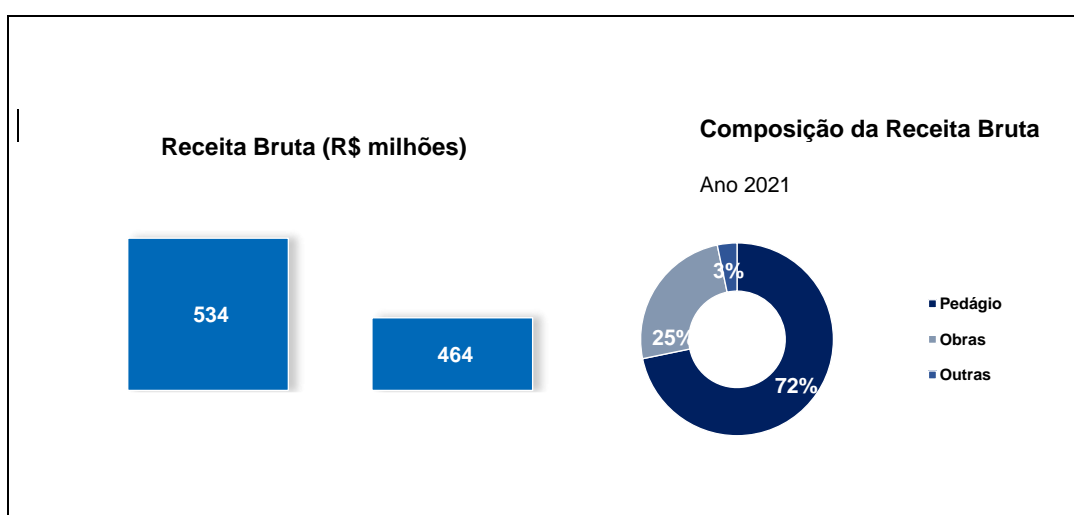
Fernão Dias

A receita de pedágio registrou R\$ 383 milhões em 2021, uma variação de 8,6% em relação à 2020, quando totalizou R\$ 353 milhões. A variação positiva se deve, basicamente, ao aumento no tráfego pedagiado.

A receita de obras registrou R\$ 133,2 milhões em 2021, contra R\$ 94,2 milhões registrada em 2020, representando uma variação de 41,4%. Esse aumento ocorreu em decorrência do maior volume de obras executadas ao longo da rodovia, em cumprimento ao cronograma de obras.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 17,5 milhões em 2021, o que representa 3,3% da receita bruta.

No ano de 2021, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 499,5 milhões, um aumento de 15,1% em relação ao ano de 2020.




Investimentos

Durante o ano de 2021, foram investidos R\$ 204 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 144 milhões realizados em 2020, perfazem o montante de R\$ 348 milhões realizados na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia.

Investimentos

	Investimentos - R\$ milhões		
	2021	2020	%
Conserva Especial da Rodovia	72.789	57.931	26%
Operação, ampliações e melhoramentos na Rodovia	109.342	75.719	44%
Outros	21.890	10.778	103%
Total	204.022	144.428	



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Fernão Dias

A concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras para 2021. Outras melhorias estão sendo executadas na rodovia no ano de 2021 como andamento das obras de Rua Lateral localizada no km 1+500 ao km 3+500, localizada no município de Betim/MG, além da conclusão de mais de 30 pontos de Sinistros ao longo da Rodovia.

Captações de Recursos

Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu de seu acionista controlador – Arteris S.A. um total de R\$ 120,7 milhões, dos quais R\$ 87,5 milhões foram através de empréstimos intercompany e R\$ 33,2 milhões através de aporte de capital.

Valor Adicionado

Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 126,8 milhões, representando 24% da Receita Operacional Bruta, o que representa uma redução de 204,6% em relação a 2020, em que o valor adicionado foi de R\$ 41,6 milhões representando 9% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

Entretanto, não houve a distribuição de dividendos previstos, uma vez que a Concessionária não registrou lucro líquido no exercício findo de 2021.

Planejamento Empresarial

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

Em 2021, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos

Em 2021, a Concessionária investiu R\$ 36.810 mil (R\$ 22.881 mil em 2020) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

arteris
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Fernão Dias

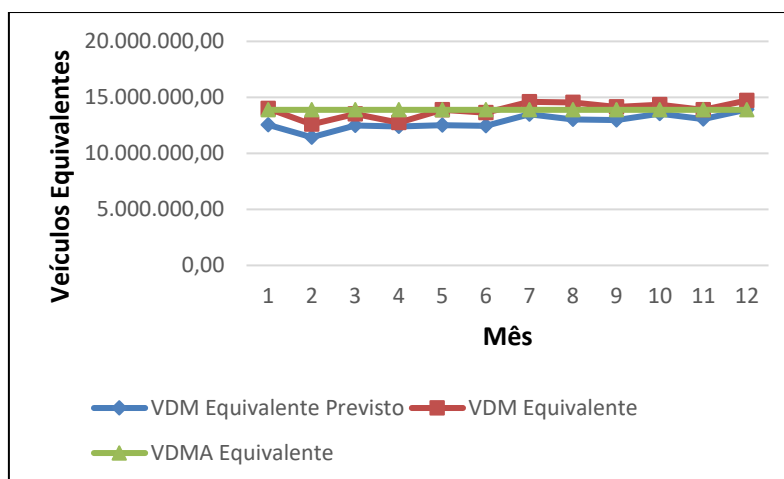
Indicadores Operacionais

a) Caracterização do Tráfego

Volume

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Variação mensal do volume – 2021



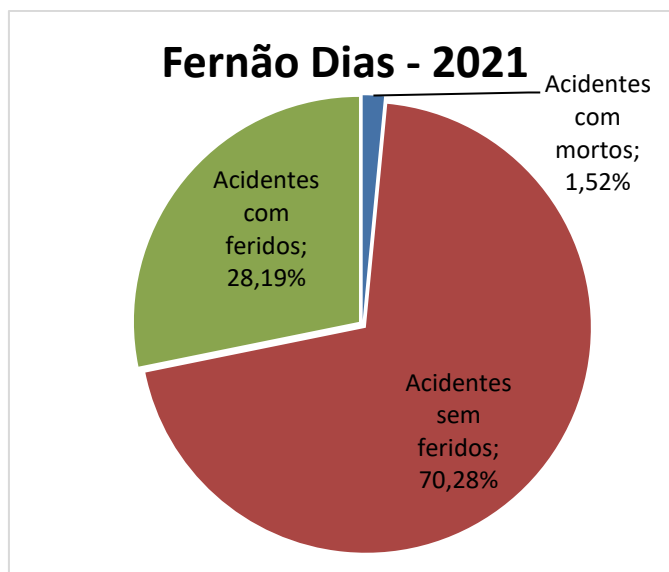
b) Segurança no Trânsito

Acidentes

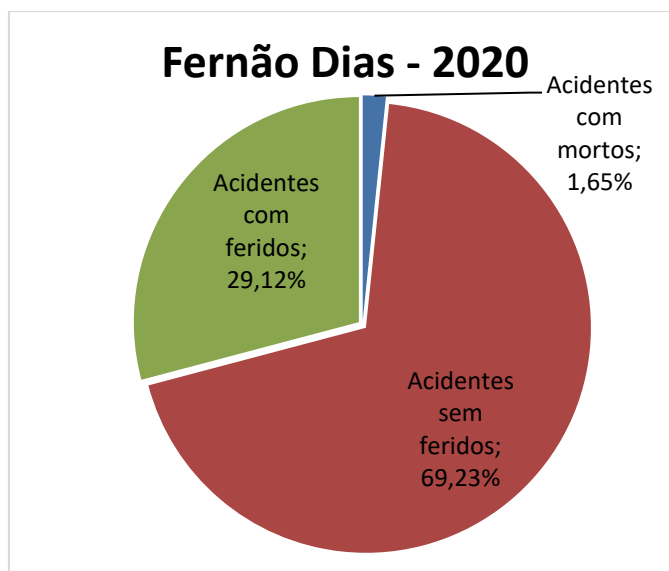
Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

arteris
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Fernão Dias

Percentual de acidentes por gravidade em 2021



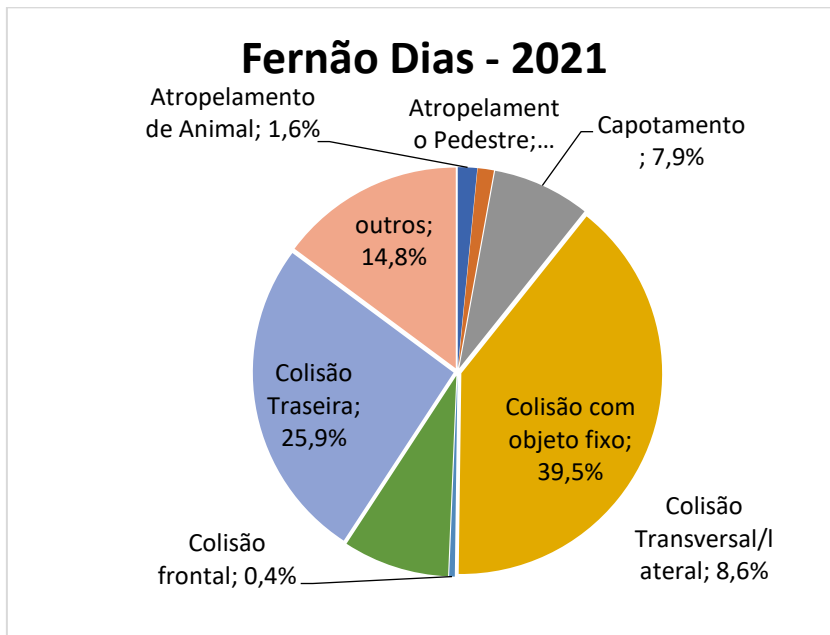
Percentual de acidentes por gravidade em 2020



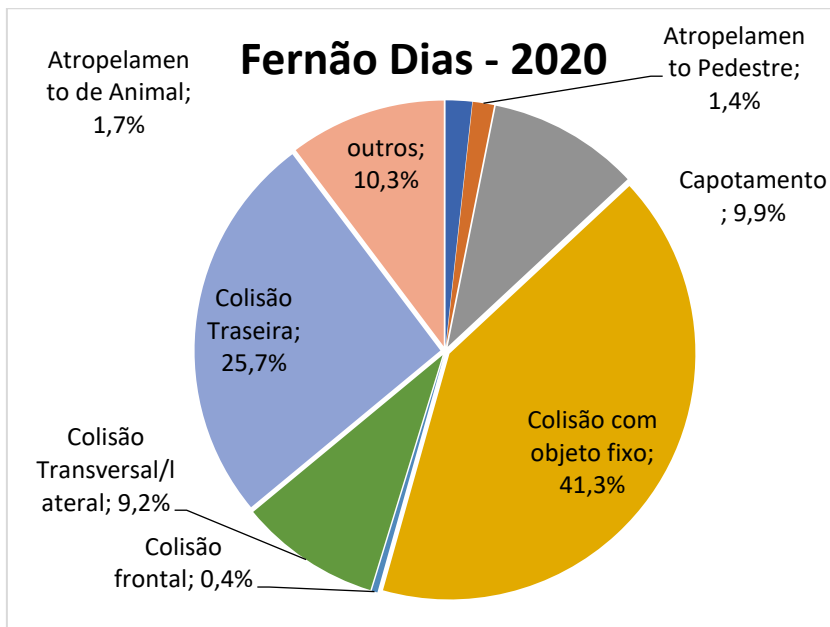
arteris
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Fernão Dias


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo em 2021



Acidente por tipo em 2020





Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Fernão Dias

c) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados


Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/562,1 km
Viatura de Inspeção	19	3,38
Guincho Leve	18	3,20
Guincho Pesado	9	1,60
Guincho PIPA	3	0,53
AC - Ambulância Stand	16	2,85
AD - Ambulância UTI	7	1,25
Caminhão Operacional	3	0,53
Moto	2	0,36
BR Vida operacional	3	0,53
Total de veículos operacionais	80	14,23
Administração (Ranger, Doblo, Saveiro, Ford KA, HB20)	7	1,25
Conserva Pavimento (Ford KA, Saveiro)	42	7,47
Arrecadação HB20	3	0,53
Operações (Corolla, HB20, Ford KA)	4	0,71
Caminhonete ANTT Toro	3	0,53
Trafego Saveiro	3	0,53
Segurança de trabalho (Ford KA, HB20)	3	0,53
Manutenção (Ford KA)	1	0,18
Investimento	43	7,65
Total de veículos de apoio	109	11,74
Total de veículos	189	25,97

Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Fernão Dias

Tipos de funcionários alocados na concessão

Tipos de funcionários alocados na concessão		10.000
Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
ANALISTA DE TRÁFEGO JR	2	0,13
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	2	0,13
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS JR	1	0,07
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS PL	1	0,07
ANALISTA DE ENGENHARIA JR	2	0,13
ANALISTA DE ENGENHARIA PL	1	0,07
ANALISTA DE MEDICAO SR	1	0,07
ANALISTA DE PLANEJAMENTO PL	2	0,13
AUXILIAR ADM. OPERACIONAL	1	0,07
AUXILIAR OPERACIONAL	1	0,07
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	0,07
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO(Terc)	1	0,07
ASSISTENTE DE ENGENHARIA II	1	0,07
ASSISTENTE DE ENGENHARIA III	1	0,07
COORDENADOR DE ENGENHARIA	1	0,07
COORDENADOR DE FAIXA DE DOMINIO	1	0,07
ENFERMEIRO(Terc)	36	2,40
DIRETOR DE OPERACAO	1	0,07
GERENTE REGIONAL DE CONTRATO DE CONCESSÃO	1	0,07
GERENTE DE OPERAÇÕES	1	0,07
GERENTE TÉCNICO	1	0,07
GERENTE DE TRECHO (Terc)	1	0,07
INSPETOR DE TRÁFEGO	63	4,20
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	2	0,13
MÉDICOS	39	2,60
OPERADOR DE CCO	18	1,20
OPERADOR DE GUINCHO	54	3,60
OPERADOR DE GUINCHO MUNCK	9	0,60
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	39	2,60
OPERADOR DE PIPA	8	0,53
OPERADOR DE TRÁFEGO	1	0,07
SECRETARIA PL	1	0,07
TECNICO DE SEGURANÇA	1	0,07
SOCORRISTAS	190	12,66
SUPERVISOR DE TRÁFEGO	3	0,20
Total Tráfego	489	32,59
ANALISTA DE CCA JR	2	0,13
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	35	2,33
COORDENADOR DE OPERACAO	3	0,20
OPERADOR DE CCA	8	0,53
OPERADOR DE PEDAGIO	355	23,66
SUPERVISOR DE ARRECADAÇÃO	3	0,20
SUPERVISOR DE CCA	1	0,07
Total Arrecadação	407	27,13
TOTAL GERAL	896	59,72



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Fernão Dias

d) Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R\$ mil)

	Em 2021	Acumulada
Receita	534.211	5.867.234

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R\$ mil)

	Em 2021	Acumulada
Investimentos	204.022	2.811.030

Custos Operacionais (em R\$ mil)

	Em 2021	Acumulada
Custos Operacionais	324.087	4.402.444

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R\$ 324,1 milhões em 2021, ante R\$ 338,1 milhões em 2020, redução de 4%. Essa redução se deve à revisão da provisão frente à expectativa de manutenção na rodovia, segundo o contrato de concessão.

Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$ 155,9 milhões em 2021, um aumento de 7% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$ 145,2 milhões, a principal causa dessa variação foi o aumento nos custos de pessoal, dissídio coletivo da categoria.

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R\$ mil)

	Em 2021	Acumulada
ISS	24.844	251.627



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Fernão Dias

Ebitda e Ebitda Ajustado (em R\$ Mil)

EBITDA e EBITDA Ajustado			
(Em milhares de reais)			
	2021	2020	Var%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	499.484	434.081	15%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(324.087)	(338.151)	-4%
EBITDA ¹	175.397	95.930	83%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	38.899	100.485	-61%
EBITDA Ajustado ²	214.296	196.415	9%

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.


A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Endividamento (em R\$ mil)

Endividamento	31/12/2021	31/12/2020	Var%
(Em milhares de reais)			
Dívida Bruta	510.838	591.598	-14%
Curto Prazo	112.149	98.000	14%
Longo Prazo	398.689	493.598	-19%
Posição de Caixa	57.867	57.791	0%
Caixa e equivalentes de caixa	25.114	25.457	-1%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	32.753	32.334	1%
Dívida Líquida	452.971	533.807	-15%

¹ Curto e longo prazos

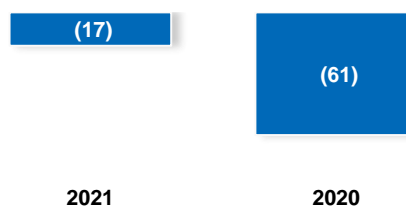
A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Fernão Dias

Lucro/Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2021 com prejuízo líquido de R\$ 16,6 milhões, uma redução de R\$ 44,4 milhões frente ao resultado de R\$ 61 milhões registrado no exercício de 2020. Essa variação foi motivada, principalmente pelo aumento de tráfego pedagiado.

Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ milhões)**Tarifa**

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 Norte – Defasada (Mairiporã)	unidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P1 Norte (Mairiporã)	unidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P1 Sul (Mairiporã)	unidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P2 (Vargem)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P3 (Cambuí)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P4 (São Gonçalo do Sapucaí)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P5 (Carmo da Cachoeira)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P6 (Santo Antônio do Amparo)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P7 (Carmópolis de Minas)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15
P8 (Itatiaiuçu)	Bidirecional	2,30	4,60	3,45	6,90	4,60	9,20	11,50	13,80	1,15

Concessionária em números

Tabela - Rodovias			
Dados anuais e por empresa	Unidade de medida ou comentário		
Quilômetros de rodovia	562,1 quilômetros		
	Tipo	Nº	%
Número de veículos que transitaram	CAT-01	45.071.102	60%
	CAT-02	6.123.784	8%
	CAT-03	227.623	0%
	CAT-04	6.313.691	8%
	CAT-05	37.047	0%
	CAT-06	4.936.230	7%
	CAT-07	3.501.880	5%
	CAT-08	7.927.413	10%
	CAT-09	1.377.581	2%
		TOTAL	75.516.351



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Fernão Dias

Número de praças de pedágios	10 praças de pedágio:
	P1 Norte – Defasada (Mairiporã)
	P1 Norte (Mairiporã)
	P1 Sul (Mairiporã)
	P2 (Vargem)
	P3 (Cambuí)
	P4 (São Gonçalo do Sapucaí)
	P5 (Carmo da Cachoeira)
	P6 (Santo Antônio do Amparo)
P7 (Carmópolis de Minas)	
P8 (Itatiaiuçu)	

Tarifa	TABELA DE CATEGORIAS			
	VALOR DA TARIFA = R\$ 2,30			
	Descrição	Eixos	Categorias Fernão Dias	Tarifa Básica
	Automóvel, Caminhonete e Furgão	AUTO	1	2,30
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2D	2	4,60
	Automóvel semi reboque e Caminhonete semi-reboque	3S	3	3,45
	Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3D	4	6,90
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4S	5	4,60
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4D	6	9,20
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5D	7	11,50
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6D	8	13,80
	Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	MOTO	9	1,15

Número de quilômetros mantidos	Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
	BR 381/MG	478,2 - 949,9	471,70	943,40
	BR 381/SP	0,00 - 90,4	90,40	180,80
	Total		562,10	1.124,20

Índice de congestionamento	Rodovia	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F
	BR-381/MG	19%	61%	15%	2%	2%	1%
	BR-381/SP	0%	1%	38%	36%	16%	9%
	BR-381 Contorno de Betim	0%	22%	78%	0%	0%	0%
	Para a definição do Nível de serviço são considerados diversos dados, entre eles: velocidade permitida, VDM, velocidade média desenvolvida, quantidade de veículos leves e pesados, fluidez do tráfego, topografia do terreno, entre outras informações. O nível A corresponde ao melhor nível possível, e o F, ao pior.						



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Fernão Dias

Trânsito Médio Diário Equivalente	Mês	Média diária	%
	Jan		451.505,00
Fev		449.826,00	8%
Mar		436.035,00	8%
Abr		425.085,00	8%
Mai		447.936,00	8%
Jun		454.742,00	8%
Jul		471.315,00	9%
Ago		469.636,00	9%
Set		471.933,00	9%
Out		462.436,00	8%
Nov		462.860,00	8%
Dez		475.004,00	9%

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	456.526
--	---------

Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo
	Jurídico
	Comunicação
	Meio Ambiente
	Centro de Controle Operacional
	Arrecadação
	Conservação (engenharia)
	Pavimentação (engenharia)
	Obras (engenharia)
	Projetos (engenharia)
	Manutenção Tecnológica (rodovia)
	Faixa de Domínio
	Segurança do Trabalho
	Tráfego

Índices de qualidade de estrada	Autopista Fernão Dias – BR-381/MG		
	Parâmetro	ANO 13	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	0,00%	0,00%
	Autopista Fernão Dias – BR-381/SP		
	Parâmetro	ANO 13	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	0,00%	0,00%
	Autopista Fernão Dias – BR-381/MG- Contorno		
	Parâmetro	ANO 13	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	0,00%	0,00%



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fernão Dias

2021	
Receita de pedágio	383.448

Custos associados às receitas de pedágio	338.151
---	---------

Fator Trabalho	Em 2021	Em 2020
Número de Trabalhadores	785	738
Despesa de Pessoal	49.627	42.096

Fator Capital	
Despesas de Depreciação	Método Linear
Ativo Líquido	25.114
Ativo Bruto	2.063.455
Série Histórica dos Investimentos	2.811.030
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado

Fatores Intermediários	2021
Despesas em Administração	9.871
Despesas em Manutenção	2.994

Seguridade	2021	
Quantidade de Acidentes	Com danos materiais	5.114
	Com vítimas feridas	2.060
	Com vítimas fatais	111

Indicadores	2021
Receita por KM	950
Custo por KM	602



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fernão Dias

Balanco Social

	2021			2020		
1 - Base de cálculo						
Faturamento Bruto	534.211			464.018		
Receita líquida (RL)	499.484			434.081		
Resultado operacional (RO)	-24.568			-92.080		
Folha de pagamento bruta (FPB)	26.973			21.831		
Folha de pagamento bruta - total remunerações	26.973			21.831		
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.897	18%	1%	4.886	22%	1%
Encargos Sociais	9.374	35%	2%	8.924	41%	2%
Previdência privada	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde	4.372	16%	1%	4.231	19%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	289	1%	0%	315	1%	0%
Educação	26	0%	0%	63	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	115	0%	0%	62	0%	0%
Creches ou auxílio creche	439	2%	0%	424	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	3.217	12%	1%	1.457	7%	0%
Outros	215	1%	0%	217	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	22.944	85%	5%	20.579	94%	5%
3 - Indicadores sociais externos						
Educação	128	0%	0%	107	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	0	0%	0%	1.033	5%	0%
Total de contribuições à sociedade	128	0%	0%	1.140	5%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	34.074	126%	7%	28.873	132%	7%
Total - Indicadores sociais externos	34.202	127%	7%	30.013	137%	7%
4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	206	1%	0%	239	1%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	-	0%	0%	-	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	206	1%	0%	239	1%	0%



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Fernão Dias

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%	(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%
5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	785	738
Tempo de serviço		
	14% até seis meses	8% até seis meses
	11% de seis meses a um ano	8% de seis meses a um ano
	16% entre um e dois anos	19% entre um e dois anos
	25% entre dois e cinco anos	19% entre dois e cinco anos
	33% mais de cinco anos	46% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	197	116
Nº de demissões durante o período	199	89
Nº de colaboradores terceirizados	1083	874
Nº de estagiários (as)	5	3
Nº de colaboradores com até 18 anos	27	29
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	76	75



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Fernão Dias

Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	554	516
Nº de colaboradores acima de 45 anos	128	118
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	375	358
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,27%	0,28%
Remuneração paga a mulheres no período	7.636	7.230
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	53	59
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0,00%	0,02%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	27	31
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	109.198	74.131
Total de horas extras pagas (valor)	1.632	1.245
Total de INSS pagos	8.521	8.618
Total de FGTS pago	2.266	1.368
Total de Contribuição Sindical paga	-	-
Totals dos demais encargos sociais pagos	-	-
Total de IRRF recolhido no período	1.794	1.583




Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Fernão Dias

Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IRPJ recolhido no período	224	503
Total de CSLL recolhido do período	85	189
Total de PIS recolhidos no período	2.600	2.393
Total de COFINS recolhidos no período	11.999	11.043
Total de outros tributos recolhidos no período	19.429	17.790
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	45,78	48,93
Número total de acidentes de trabalho	0	3
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais () todos os	() direção () direção e gerenciais () todos os



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho Fernão Dias

	colaboradores (X) não se aplica	colaboradores (X) não se aplica
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	0% no PROCON 7% na Justiça	2% no PROCON 0% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	128.895	44.943
Distribuição do Valor Adicionado	21% Governo	-3% Governo
	-9% Acionistas	-132% Acionistas
	41% Colaboradores	104% Colaboradores
	47% Terceiros	131% Terceiros
	0% Retidos	0% Retidos



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Fernão Dias

Demais assuntos

a) Responsabilidade Social e Ambiental

Sustentabilidade

Na Arteris as decisões estratégicas levam em consideração aspectos de sustentabilidade e têm relação direta com a valorização e a preservação da vida e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua. Analisar os impactos reais e potenciais de suas atividades e promover a gestão orientada para a geração de valor compartilhado está no cerne da atuação da empresa.

Em 2021, as diretrizes para essa atuação foram fortalecidas com a estruturação do planejamento estratégico de sustentabilidade e a criação da Agenda ESG (sigla em inglês para as dimensões Ambiental, Social e Governança) da Arteris, alinhada à cultura e à já consolidada agenda robusta de seus acionistas.

Base do plano estratégico da companhia, a Agenda ESG está estruturada na especificação de iniciativas, indicadores e metas, divididas em graus de maturidade e organizada nas seguintes frentes: redução da pegada de carbono, eficiência energética e economia circular, igualdade e equidade de oportunidades, segurança viária, segurança do trabalho, segurança cibernética, direitos humanos e transparência com foco na cadeia de fornecimento.


Na busca pela descarbonização, uma prioridade da Agenda ESG da Arteris em linha com seus acionistas, a empresa vem empenhando esforços em estudos e projetos piloto para reduzir as emissões atmosféricas decorrentes de suas operações, com foco também em eficiência energética e economia circular. Algumas ações já vêm sendo realizadas nesta frente e se intensificaram em 2021, como a substituição de lâmpadas tradicionais por luminárias LED em todas as concessionárias do grupo, a instalação de painéis de energia solar em algumas praças de pedágio, e a utilização de asfalto reciclado e asfalto borracha na restauração de pavimento de parte das rodovias.

Esse amadurecimento reflete o compromisso da Arteris com iniciativas públicas como o Pacto Global, consolidando sua estratégia em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU); e a Década de Ação para a Segurança no Trânsito, também da ONU, que prevê redução de 50% das fatalidades no trânsito em 10 anos – meta superada em 2020 pela companhia e renovada para a próxima década.

Em 2021, esse compromisso se fortaleceu com a adesão ao Programa na Mão Certa, por meio da assinatura do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, coordenado pela *Childhood Brasil*. E ainda, procurando preservar um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders, as empresas Arteris alcançaram um importante marco em 2021 com a conquista do Selo Pró-Ética, iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) que reconhece publicamente as empresas comprometidas com a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. O selo chancela a efetividade do Programa de Integridade da companhia, que reúne medidas para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade os riscos de não conformidade, com diretrizes expressas em documentos como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta.

Esses compromissos, transformados em diversas ações de engajamento, alcançaram em 2021 mais de 4,4 mil colaboradores da Arteris, 55,4 mil usuários das rodovias e mais de 14 mil seguidores das redes sociais da Arteris no período.

Em um cenário ainda desafiado pela pandemia da Covid-19, a Arteris continuou a atuar para contribuir com o funcionamento das principais cidades do País, priorizando a segurança em suas operações, perseguindo o índice



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Fernão Dias

“zero” de fatalidades em decorrência de acidentes por meio das diversas frentes de ação, entre elas: programas de educação e conscientização no trânsito como o Projeto Escola Arteris, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, parcerias em campanhas de fiscalização e investimentos em obras e manutenção.

Na base da construção do futuro da Arteris estão as pessoas. O compromisso com a segurança, que se renova todos os dias dentro da empresa, se apoia em um conjunto de princípios e ferramentas consolidadas com foco na melhoria contínua das condições de trabalho e promoção da cultura da segurança entre colaboradores e terceiros, com o total engajamento da alta liderança. Dentre diversas ações, destaca-se o Programa Caminho Seguro, que em seu segundo ano de implantação, forneceu em 2021 mais de 20 mil horas de treinamento e 40 iniciativas para práticas comportamentais que salvam vidas, contribuindo diretamente na redução em 27% do índice de acidentes de trabalho com afastamento (comparando com 2020).

Em paralelo, a gestão do capital humano também investe no desenvolvimento de programas que suportem a estratégia da companhia, priorizando aspectos como o bem-estar e o desenvolvimento dos colaboradores, a atração e a retenção de talentos e a igualdade e equidade de oportunidades. Este último aspecto, ainda desafiador para muitas empresas, ganha mais foco com a Agenda ESG na implantação de uma pauta direcionada à diversidade, equidade e inclusão.

Em 2021, a Arteris avançou com a aprovação do Plano de Previdência Privada, que será implantado ao longo de 2022, com uma estrutura moderna e flexível, trazendo aos colaboradores um benefício de longo prazo e reforçando a estratégia para a longevidade do negócio.

Em 2022, a companhia segue na consolidação dos estudos e iniciativas, buscando a evolução dos indicadores e o avanço da sua Agenda ESG.


b) Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Pouso Alegre, 23 de fevereiro de 2022.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Fernão Dias

A Administração

Diretoria

André Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Simone Aparecida Borsato
Diretora Econômica Financeira/
Diretora de Relações com investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Marcia Fragoso Soares
Diretora de Operações

Maurício Teodoro de Souza
Contador
CRC - MG 076073-0-0

Conselho de administração

Sergio Muniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tômega
Conselheira

Roberto Paolini
Conselheiro

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade que tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, a Brookfield Aylesbury-LLC, e a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construccion y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Arteris S.A. é uma empresa brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”).

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 09 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65+559 P1-Norte e 66+572 P1-Sul – Mairiporã-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
- 94,26 km de vias laterais.
- 8,3 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 Bases de Serviços Operacionais – BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
- Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas.
- Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto.
- Implantação de 1 retorno operacional.
- Remodelação do Sistema Viário entre o km 88 ao km 90,4.
- Recomposição de Talude em Gabião no Contorno de Betim (fora da faixa) – Córrego Santo Antônio.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$ 7.916. A partir de 31 de dezembro de 2021 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$ 88.395 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 787.931 (R\$ 489.374 em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$ 757.012 (R\$

Notas Explicativas

754.709 em 31 de dezembro de 2020) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio, e em 31 de dezembro de 2021 estas obras estão estimadas em R\$ 182.226 (R\$ 542.409 em 31 de dezembro de 2020).

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

No período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 (“exercício”) não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado abaixo:

Covid - 19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, este ainda sem revogação expressa, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras.

A Sociedade adotou durante o exercício de 2020 estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias implementadas pela União, através do diferimento de tributos - Portaria nº 139/2020 e Portaria nº 245/2020, ambas sem revogação, contudo, os prazos de diferimentos não foram postergados e do FGTS - Medida Provisória nº 927/2020 revogada, além da redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades - Medida Provisória nº 932/2020 (convertida em Lei 14.025/2020), além de medidas como concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias. A Sociedade, de modo complementar, implementou também a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como grupo de risco do COVID-19, e que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda.

Em 07 de maio de 2021 a Sociedade aderiu diante da publicação da Medida Provisória 1.046/2021 publicada em 28 de abril de 2021 ao diferimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os recolhimentos dos FGTS de todos os colaboradores referente aos meses de abril, maio, junho e julho de 2021 terão seus vencimentos postergados e serão depositados a partir de setembro a dezembro de 2021.

Notas Explicativas

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas acima não foram aplicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, porém a Sociedade está atento a qualquer nova medida, estas serão analisadas e a adoção implementada caso a Administração julgue relevante.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS AS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As emissões das demonstrações contábeis foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, regulatórios e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

(i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

(ii) Estimativas

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base

Notas Explicativas

em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa 2.

4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

Notas Explicativas

4.1.2 Ativos intangíveis

A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

4.2 Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

4.3 Instrumentos Financeiros

4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Notas Explicativas

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Notas Explicativas

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

4.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Notas Explicativas

4.6 Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda.

Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Notas Explicativas

4.8 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

4.9 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período de projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos

4.10 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como

Notas Explicativas

prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
- (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- (e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- (g) Contratos de Seguros;

Notas Explicativas

(h) Revisão Anual dos CPC 2018-2020

(i) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);

(j) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23);

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa e contas bancárias	1.549	2.468
Aplicações financeiras*	<u>9.036</u>	<u>11.563</u>
Total	<u><u>10.585</u></u>	<u><u>14.031</u></u>
<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fundos de investimentos**	<u>14.529</u>	<u>11.426</u>
Total	<u><u>14.529</u></u>	<u><u>11.426</u></u>

* Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 99,43% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (84,80% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

** As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Autopista Fernão Dias S.A.

Notas Explicativas

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	31.12.2021		31.12.2020	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	21.615	-	20.029	-
Cupons de pedágio a receber	553	-	648	-
Cartões de pedágio a receber	134	-	150	-
Receitas acessórias a receber (a)	3.426	3.103	1.203	2.863
Outras receitas a receber	44	-	19	-
Total	<u>25.772</u>	<u>3.103</u>	<u>22.049</u>	<u>2.863</u>

(a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

Cronograma de recebimento:

	31.12.2021		31.12.2020	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Créditos a vencer	23.430	3.103	21.513	2.863
Créditos vencidos até 60 dias	1.691	-	388	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	52	-	1	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	599	-	147	-
	<u>25.772</u>	<u>3.103</u>	<u>22.049</u>	<u>2.863</u>

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(24.568)	(92.080)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	8.353	31.307
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	<u>(410)</u>	<u>(226)</u>
Total	<u><u>7.943</u></u>	<u><u>31.081</u></u>
Imposto contabilizado	7.943	31.081
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>7.943</u>	<u>31.081</u>
	<u><u>7.943</u></u>	<u><u>31.081</u></u>
Alíquota efetiva de impostos	(32%)	(34%)

Autopista Fernão Dias S.A.

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.12.2021	31.12.2020
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	492.634	460.053
Provisão de participação nos lucros	2.753	1.798
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	6.208	6.405
Outras provisões	3.261	3.933
Provisão para manutenção de rodovias	122.278	140.677
Amortização acumulada de obras futuras	25.867	21.525
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	666	277
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(226)	(194)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	654.028	635.061
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>222.370</u>	<u>215.921</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	6.256	6.080
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	29.544	25.325
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(40.878)	(45.273)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(13.899)</u>	<u>(15.393)</u>
Base do imposto de renda e contribuição social	<u>208.471</u>	<u>200.528</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>208.471</u>	<u>200.528</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT);
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções;
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Movimentos de resultados representados por:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	32.581	33.999
Provisão de participação nos lucros	955	(748)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(197)	19
Outras provisões	(672)	576
Provisão para manutenção de rodovias	(18.399)	48.873
Amortização acumulada de obras futuras	4.342	4.072
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	176	414
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	389	19
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.219	4.225
Amortização estorno de capitalização de juros	(32)	(35)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>23.362</u>	<u>91.414</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u><u>7.943</u></u>	<u><u>31.081</u></u>

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2024	5.762
2025	8.790
2026	21.428
2027	25.808
Após 2026	<u>102.335</u>
	<u><u>167.496</u></u>

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final de cada concessão.

Notas Explicativas

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais, os recursos excedentes são transferidos para conta-corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a soma das prestações pagas nos 3 (três) últimos meses, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$ 32.753 (R\$ 32.334 em 31 de dezembro de 2020), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, essas aplicações foram remuneradas em média a 95,00% a.a. da variação do CDI em 31 de dezembro de 2021 e em 84,80% a.a. em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2020	23.050	3.072	416	1.076	177	181	27.972
Remensuração	-	-	-	-	-	8	8
Adições	-	3.342	8	151	-	37	3.538
Baixas	(4.170)	(3.123)	26	(1.076)	(177)	(24)	(8.544)
Saldo em 31.12.2021	<u>18.880</u>	<u>3.291</u>	<u>450</u>	<u>151</u>	<u>-</u>	<u>202</u>	<u>22.974</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2020	(4.520)	(1.975)	(72)	(717)	(134)	(92)	(7.510)
Amortização	(3.761)	(1.091)	(271)	(341)	(6)	(57)	(5.527)
Baixa	4.198	3.066	(33)	1.020	140	22	8.413
Saldo em 31.12.2021	<u>(4.083)</u>	<u>-</u>	<u>(376)</u>	<u>(38)</u>	<u>-</u>	<u>(127)</u>	<u>(4.624)</u>
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2020	18.530	1.097	344	359	43	89	20.462
Saldo em 31.12.2021	14.797	3.291	74	113	-	75	18.350
Taxas de amortização - a.a.	20%	33%	61%	29%	100%	30%	

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2019	5.223	3.075	651	1.125	521	181	10.776
Adições	17.827	90	515	-	15	-	18.447
Baixas	-	(93)	(750)	(49)	(359)	-	(1.251)
Saldo em 31.12.2020	<u>23.050</u>	<u>3.072</u>	<u>416</u>	<u>1.076</u>	<u>177</u>	<u>181</u>	<u>27.972</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2019	(2.089)	(1.060)	(442)	(408)	(268)	(42)	(4.309)
Amortização	(2.431)	(1.008)	(380)	(358)	(225)	(50)	(4.452)
Baixa	-	93	750	49	359	-	1.251
Saldo em 31.12.2020	<u>(4.520)</u>	<u>(1.975)</u>	<u>(72)</u>	<u>(717)</u>	<u>(134)</u>	<u>(92)</u>	<u>(7.510)</u>
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2019	3.134	2.015	209	717	253	139	6.467
Saldo em 31.12.2020	18.530	1.097	344	359	43	89	20.462
Taxas de amortização - a.a.	39%	57%	48%	59%	74%	38%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.

(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.

(c) Refere-se a veículos administrativos.

(d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.

(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.

(f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2020	2.672	3.124	4.883	4.650	15.329
Adições	26	279	1	216	522
Transferências/reclassificações (*)	-	982	-	-	982
Alienações/baixas	-	-	(3.153)	-	(3.153)
Saldo em 31.12.2021	<u>2.698</u>	<u>4.385</u>	<u>1.731</u>	<u>4.866</u>	<u>13.680</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2020	(1.351)	(1.211)	(3.869)	(1.396)	(7.827)
Depreciações	(223)	(445)	(121)	(399)	(1.188)
Alienações/baixas	-	-	2.516	-	2.516
Saldo em 31.12.2021	<u>(1.574)</u>	<u>(1.656)</u>	<u>(1.474)</u>	<u>(1.795)</u>	<u>(6.499)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2020	1.321	1.913	1.014	3.254	7.502
Saldo em 31.12.2021	1.124	2.729	257	3.071	7.181
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

(*) Houve transferência de aquisição de equipamentos no valor de R\$ 982 , inicialmente contabilizados no intangível e posteriormente transferido para o Imobilizado;

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2019	2.650	2.978	5.765	4.241	15.634
Adições	24	64	40	409	537
Transferências/reclassificações	-	82	-	-	82
Alienações/baixas	(2)	-	(922)	-	(924)
Saldo em 31.12.2020	<u>2.672</u>	<u>3.124</u>	<u>4.883</u>	<u>4.650</u>	<u>15.329</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2019	(1.130)	(901)	(4.332)	(1.027)	(7.390)
Depreciações	(222)	(310)	(455)	(369)	(1.356)
Alienações/baixas	1	-	918	-	919
Saldo em 31.12.2020	<u>(1.351)</u>	<u>(1.211)</u>	<u>(3.869)</u>	<u>(1.396)</u>	<u>(7.827)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2019	1.520	2.077	1.433	3.214	8.244
Saldo em 31.12.2020	1.321	1.913	1.014	3.254	7.502
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2020	2.370.363	6.316	72	2.376.751	85.509	2.462.260
Adições	78.363	705	(72)	78.996	70.883	149.879
Transferências/reclassificações (d)	76.935	8	-	76.943	(77.925)	(982)
Alienações/baixas	(322)	-	-	(322)	-	(322)
Saldo em 31.12.2021	<u>2.525.339</u>	<u>7.029</u>	<u>-</u>	<u>2.532.368</u>	<u>78.467</u>	<u>2.610.835</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2020	(753.278)	(3.002)	-	(756.280)	-	(756.280)
Amortizações	(139.758)	(508)	-	(140.266)	-	(140.266)
Alienações/baixas	108	-	-	108	-	108
Saldo em 31.12.2021	<u>(892.928)</u>	<u>(3.510)</u>	<u>-</u>	<u>(896.438)</u>	<u>-</u>	<u>(896.438)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2020	1.617.085	3.314	72	1.620.471	85.509	1.705.980
Saldo em 31.12.2021	1.632.411	3.519	-	1.635.930	78.467	1.714.397
Taxas de amortização - a.a.	5%	20%				

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31.12.2019	2.305.216	5.513	346	2.311.075	48.610	2.359.685
Adições	63.795	803	(274)	64.324	38.501	102.825
Transferências/reclassificações	1.520	-	-	1.520	(1.602)	(82)
Alienações/baixas	(168)	-	-	(168)	-	(168)
Saldo em 31.12.2020	2.370.363	6.316	72	2.376.751	85.509	2.462.260
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2019	(623.361)	(2.582)	-	(625.943)	-	(625.943)
Amortizações/Reversões	(129.966)	(420)	-	(130.386)	-	(130.386)
Alienações/baixas	49	-	-	49	-	49
Saldo em 31.12.2020	(753.278)	(3.002)	-	(756.280)	-	(756.280)
Intangível líquido						
Saldo em 31.12.2019	1.681.855	2.931	346	1.685.132	48.610	1.733.742
Saldo em 31.12.2020	1.617.085	3.314	72	1.620.471	85.509	1.705.980
Taxas de amortização - a.a. (c)	5%	20%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.
- (d) Houve transferência de aquisição de equipamentos no valor de R\$ 982 , inicialmente contabilizados no intangível e posteriormente transferido para o Imobilizado;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade capitalizou o montante de R\$ 11.707 (R\$ 5.815 em 31 de dezembro de 2020) referente aos custos de financiamentos e debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2021 foi de 1,31% a.a. e em 2020 0,64% a.a., do total de juros provisionados no exercício, vide nota 12 e 13.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Análise de impairment

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante os anos de 2021 e 2020, pois apresentou algum indício de perda do valor recuperável dos ativos. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificada como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2021 e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

Autopista Fernão Dias S.A.

Notas Explicativas

12. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2021	31.12.2020
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,05 % a.a.	mar-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	289.580	374.118
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,25 % a.a.	dez-29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	118.730	129.015
				<u>408.310</u>	<u>503.133</u>
			Custo de transação	(3.893)	(4.445)
			Total Geral	<u>404.417</u>	<u>498.688</u>
			Circulante	102.278	96.060
			Não circulante	302.139	402.628
			Total	<u>404.417</u>	<u>498.688</u>

Estão representados por:

Moeda nacional	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	96.612	406.521	503.133	77.499	446.278	523.777
Captações/Renovações	-	-	-	30	996	1.026
Juros provisionados	34.574	-	34.574	32.936	6.561	39.497
Amortização de principal	(94.656)	-	(94.656)	(41.260)	-	(41.260)
Pagamento de juros	(34.741)	-	(34.741)	(19.907)	-	(19.907)
Transferência	101.041	(101.041)	-	47.314	(47.314)	-
	<u>102.830</u>	<u>305.480</u>	<u>408.310</u>	<u>96.612</u>	<u>406.521</u>	<u>503.133</u>
Custo de transação	(552)	(3.341)	(3.893)	(552)	(3.893)	(4.445)
Saldo final	<u>102.278</u>	<u>302.139</u>	<u>404.417</u>	<u>96.060</u>	<u>402.628</u>	<u>498.688</u>

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	109.967
2024	79.600
2025	45.070
2026	17.206
Após 2026	<u>53.637</u>
Total	<u><u>305.480</u></u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA - <i>Earning before interest taxes depreciation and amortization</i>
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

- 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
- ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito

Autopista Fernão Dias S.A.

Notas Explicativas

Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e

- iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.

- 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2021	31.12.2020
4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,53% a.a.	set-26	106.526	93.036
				<u>106.526</u>	<u>93.036</u>
			Custo de transação	(105)	(126)
			Total	106.421	92.910
			Circulante	9.871	1.940
			Não circulante	<u>96.550</u>	<u>90.970</u>
			Total	106.421	92.910

Os saldos estão representados por:

Moeda local	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.941	91.095	93.036	1.812	84.091	85.903
Juros provisionados	5.482	11.533	17.015	6.473	3.821	10.294
Amortização de principal	(3.525)	-	(3.525)	(3.161)	-	(3.161)
Transferências	5.995	(5.995)	-	(3.183)	3.183	-
	<u>9.893</u>	<u>96.633</u>	<u>106.526</u>	<u>1.941</u>	<u>91.095</u>	<u>93.036</u>
Custo de transação	(22)	(83)	(105)	(1)	(125)	(126)
Saldo final	<u>9.871</u>	<u>96.550</u>	<u>106.421</u>	<u>1.940</u>	<u>90.970</u>	<u>92.910</u>

Autopista Fernão Dias S.A.

Notas Explicativas

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal unitário</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
4ª emissão - Série única	15.05.2016	65.000	1.000	14.11.2016	67.540
		<u>65.000</u>			<u>67.540</u>

Em 31 de dezembro de 2021 as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das debêntures apresentam vencimento após 2022.

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	22.226
2024	24.158
2024	27.057
2025	<u>23.192</u>
	<u>96.633</u>

As debêntures da 4ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

As escrituras de emissão da 4ª emissão da Sociedade possuem as mesmas cláusulas restritivas do contrato com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R\$ 20.661 (R\$ 20.353 em 31 de dezembro de 2020), refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 7.829 (R\$ 8.899 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas**15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR**

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	5.051	15.688	20.739	3.942	2.783	6.725
Remensuração	-	8	8	-	-	-
Adições	1.263	2.275	3.538	2.732	15.715	18.447
Utilização (*)	(6.725)	(36)	(6.761)	(4.979)	-	(4.979)
Ajuste a valor presente - AVP	1.491	-	1.491	546	-	546
Transferência	3.664	(3.664)	-	2.810	(2.810)	-
	<u>4.744</u>	<u>14.271</u>	<u>19.015</u>	<u>5.051</u>	<u>15.688</u>	<u>20.739</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	3.850
2024	5.355
2025	<u>5.066</u>
	<u>14.271</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Outros	-	97	-	-
	<u>-</u>	<u>97</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referentes aos arrendamentos realizados, foi de R\$ 6.368 e R\$ 4.281 em 31 de dezembro de 2020.

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são respectivamente R\$ 217 e R\$ 1.000 para PIS e Cofins. Em 31 de dezembro de 2020 são respectivamente R\$ 67 e R\$ 307

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a taxa média é de 8,42% a.a. (8,42% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

Autopista Fernão Dias S.A.

Notas Explicativas**16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras e despesas administrativas.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (a)	10	-
Autovias S.A. (a)	5	-
Intervias S.A. (a)	5	-
Vianorte S.A. (a)	5	-
Fluminense S.A. (a)	137	82
Régis Bittencourt S.A. (a)	5	-
ViaPaulista S.A. (a)	5	-
Total parte relacionada no ativo circulante	<u>172</u>	<u>82</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	3.601	3.318
Planalto Sul S.A. (a)	-	4
Fluminense S.A. (a)	-	20
Litoral Sul S.A. (a)	2	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (d)	-	108
Total do passivo circulante	<u>3.603</u>	<u>3.450</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	152.739	60.494
Total do passivo não circulante	<u>152.739</u>	<u>60.494</u>

Autopista Fernão Dias S.A.

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	31.12.2021			31.12.2020		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(5.583)	5	-	(1.586)	(10.862)
Outras partes relacionadas						
Autovias S.A.	-	-	5	-	-	-
Centrovias S.A.	-	-	-	-	-	(28)
Intervias S.A.	-	-	5	-	-	(3)
Vianorte S.A.	-	-	5	-	-	-
Fluminense S.A.	-	-	-	-	-	(223)
Régis Bittencourt S.A.	-	-	5	-	-	-
Litoral Sul S.A.	-	-	(8)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	(380)	(70)	-	-
ViaPaulista S.A.	-	-	5	-	-	(66)
Total	-	(5.583)	(358)	(70)	(1.586)	(11.182)

- (a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias e são remuneradas a preço de custo.
- (b) Refere-se a serviços de manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2024.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	146.000	6.739	58.500	1.994
			<u>146.000</u>	<u>6.739</u>	<u>58.500</u>	<u>1.994</u>

- (d) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, sinalização horizontal e controle tecnológico, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA a partir do 13º mês, 01 de setembro de 2020 a 01 de novembro de 2022.

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$ 1.132 (R\$ 4.984 em 31 de dezembro de 2020), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 3.941 (R\$ 4.292 em 31 de dezembro de 2020). Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de

Notas Explicativas

remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$1.500.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$ 2.753 e R\$ 1.798.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas**18. PROVISÕES**(a) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2021</u>
Cíveis	1.320	5.638	(2.512)	(2.971)	160	1.635
Trabalhistas	1.758	2.215	(1.121)	(1.594)	-	1.258
Regulatório	3.327	-	(128)	-	-	3.199
Fiscal	-	116	-	-	-	116
Total	<u>6.405</u>	<u>7.969</u>	<u>(3.761)</u>	<u>(4.565)</u>	<u>160</u>	<u>6.208</u>

	<u>31.12.2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2020</u>
Cíveis	922	4.325	(963)	(2.964)	-	1.320
Trabalhistas	1.992	2.981	(1.556)	(1.659)	-	1.758
Regulatório	3.472	-	-	-	(145)	3.327
Total	<u>6.386</u>	<u>7.306</u>	<u>(2.519)</u>	<u>(4.623)</u>	<u>- 145</u>	<u>6.405</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$ 6.208. (R\$ 6.405 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

<u>Possíveis</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Cíveis	7.495	7.291
Trabalhistas	244	193
Regulatório	5.983	2.204
Fiscal	731	323
Total	<u>14.453</u>	<u>10.011</u>

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$ 17.777 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 17.941 em 31 de dezembro de 2020) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

Autopista Fernão Dias S.A.

Notas Explicativas

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias. A taxa de desconto em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 6,40% a.a.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2020	72.970	79.218	-	61.459	72.970	140.677
Adições/Reversões	-	(9.493)	3.493	48.392	3.493	38.899
Utilizações	(132)	(63.381)	-	-	(132)	(63.381)
Ajuste a valor presente	1.433	3.286	(1.258)	2.797	175	6.083
Transferências	2.235	51.927	(2.235)	(51.927)	-	-
Saldo em 31.12.2021	<u>76.506</u>	<u>61.557</u>	<u>-</u>	<u>60.721</u>	<u>76.506</u>	<u>122.278</u>

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2019	65.815	56.169	4.526	35.635	70.341	91.804
Adições/Reversões	-	40.205	2.573	60.280	2.573	100.485
Utilizações	(358)	(58.065)	-	-	(358)	(58.065)
Ajuste a valor presente	-	3.520	414	2.933	414	6.453
Transferências	7.513	37.389	(7.513)	(37.389)	-	-
Saldo em 31.12.2020	<u>72.970</u>	<u>79.218</u>	<u>-</u>	<u>61.459</u>	<u>72.970</u>	<u>140.677</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referente às manutenções realizadas, foram de R\$ 62.992 (R\$ 58.110 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas**19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 1.536.885, compostos por 2.284.105.562 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$ 1.513.585 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 1.480.385 em 31 de dezembro de 2020, foram integralizadas um total de R\$ 33.200 em 2021.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita de serviços prestados	383.448	352.921
Receita de serviços de construção	133.193	94.182
Outras receitas	<u>17.570</u>	<u>16.915</u>
Receita bruta	534.211	464.018
ISSQN	(19.461)	(18.136)
PIS	(2.602)	(2.000)
COFINS	(12.011)	(9.239)
Outras deduções	<u>(653)</u>	<u>(562)</u>
Receita líquida	<u><u>499.484</u></u>	<u><u>434.081</u></u>

Notas Explicativas**21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custos:		
Com pessoal	(37.021)	(32.515)
Serviços de terceiros	(28.670)	(28.111)
Conservação	(26.892)	(24.221)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.082)	(2.718)
Consumo	(5.935)	(5.717)
Transportes	(6.048)	(5.773)
Verba de fiscalização	(16.331)	(15.621)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(947)	(127)
Seguros / Garantias	(3.155)	(2.946)
Provisão de manutenção em rodovias	(38.899)	(100.485)
Custos de serviços da construção	(133.193)	(94.182)
Depreciação / Amortização	(146.552)	(136.105)
Outros	(1.366)	(1.296)
Total	<u>(448.091)</u>	<u>(449.817)</u>
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Despesas:		
Com pessoal	(15.219)	(14.085)
Serviços de terceiros	(2.602)	(2.900)
Manutenção de bens e conservação	(1.556)	(1.613)
Consumo	(1.022)	(854)
Transportes	(118)	(86)
Seguros/Garantias	(37)	(71)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(4.208)	(4.787)
Comunicação e marketing	(332)	(252)
Indenizações à terceiros	-	(8)
Publicações legais	(204)	(186)
Depreciação / Amortização	(429)	(89)
Outros	(1.102)	(1.317)
Total	<u>(26.829)</u>	<u>(26.248)</u>

Notas Explicativas**22. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	2.155	1.223
Atualização de créditos fiscais	29	2.048
Outras receitas	-	146
Total	<u>2.184</u>	<u>3.417</u>
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(45.465)	(45.562)
	(7.749)	(7.413)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente		
Outras despesas	<u>(1.920)</u>	<u>(2.177)</u>
Total	<u>(55.134)</u>	<u>(55.152)</u>

(*) Do total dos juros de financiamento e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 24.938 o montante de R\$ 11.707 (R\$ 49.791 e R\$ 5.815 em 31 de dezembro de 2020), foram capitalizados e reconhecidos como adição de intangível no fluxo de caixa.

Notas Explicativas**23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e Equivalente de Caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção	149.879	102.825
Total das adições de imobilizado	522	537
Juros capitalizados - financiamentos	(629)	(583)
Juros capitalizados - debêntures	(11.078)	(5.232)
	<u>138.694</u>	<u>97.547</u>
Aquisição (adições)	(138.694)	(97.547)
Depósitos judiciais para desapropriação	-	713
Fornecedores	(4.459)	8.070
Obrigações fiscais	(745)	1.200
Contas a pagar - partes relacionadas	(276)	(593)
Cauções contratuais	172	(421)
Realização manutenção IFRIC 12 em rodovias	(63.381)	(58.065)
Provisão para investimentos em rodovias	3.361	2.215
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	<u>(204.022)</u>	<u>(144.428)</u>
Fluxo de Caixa Imobilizado	(522)	(537)
Fluxo de Caixa Intangível	<u>(203.500)</u>	<u>(143.891)</u>
Total dos Fluxos de Caixa de Imobilizado e Intangível	<u>(204.022)</u>	<u>(144.428)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar nos exercícios, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(65.328)	(46.881)

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
(Prejuízo) do exercício	(16.625)	(60.999)
Número de ações durante exercício (*)	2.284.106	2.284.106
(Prejuízo) por ação	<u>(0,0073)</u>	<u>(0,0267)</u>

Notas Explicativas**Autopista Fernão Dias S.A.**

Data	Dias (evento e final do exercício)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
31.12.2020	0	0,00%	-	2.284.105.562	2.284.105.562
31.12.2021	365	0,00%	-	-	2.284.105.562
				Média ponderada (em milhares)	2.284.106

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.12.2021		31.12.2020		
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	10.585	10.585	14.031	14.031	
Aplicação financeira	Nível 2	1	14.529	14.529	11.426	11.426	
Contas a receber clientes	Nível 2	2	25.772	25.772	22.049	22.049	
Partes relacionadas ativas	Nível 2	2	172	172	82	82	
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	32.753	32.753	32.334	32.334	
Outros Créditos	Nível 2	2	3.520	3.520	3.527	3.527	
			<u>87.331</u>	<u>87.331</u>	<u>83.449</u>	<u>83.449</u>	
Passivo							
Financiamentos	Nível 2	2	404.417	404.417	498.688	498.688	
Partes relacionadas passivas	Nível 2	2	152.739	152.739	60.494	60.494	
Debêntures (**)	Nível 2	1	98.746	104.901	88.881	99.250	
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	28.490	28.490	29.252	29.252	
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.417	1.417	1.323	1.323	
Outras contas a pagar	Nível 2	2	8.291	8.291	4.338	4.338	
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))(***)	Nível 2	2	19.015	19.015	20.739	20.739	
			<u>713.115</u>	<u>719.270</u>	<u>703.715</u>	<u>714.084</u>	

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 13

(***) Não é escopo do CPC 48

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Mensuração do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a financiamento e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% e redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos, debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,50%	14,38%	17,25%	8,63%
Receita de aplicações financeiras	4.250	5.312	6.375	3.187
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(76)	(94)	(112)	(59)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>4.174</u>	<u>5.218</u>	<u>6.263</u>	<u>3.128</u>
TJLP	6,08%	7,60%	9,12%	7,27%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(34.398)	(40.741)	(47.084)	(25.054)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(34.398)</u>	<u>(40.741)</u>	<u>(47.084)</u>	<u>(25.054)</u>
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	3,77%
Juros a incorrer - Debêntures	(5.358)	(6.698)	(8.037)	(4.019)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(5.358)</u>	<u>(6.698)</u>	<u>(8.037)</u>	<u>(4.019)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(35.582)</u>	<u>(42.221)</u>	<u>(48.858)</u>	<u>(25.945)</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 31 de dezembro de 2021, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$ 21.615 (R\$ 20.029 em 31 de dezembro de 2020) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo circulante em R\$ 254.414 (R\$ 253.038 em 31 de dezembro de 2020).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
BNDES automático	8,04%	404.417	489.302	32.438	98.326	130.764	91.832	135.942
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	19.015	19.015	3.953	791	3.850	5.355	5.066
Debêntures - IPCA	10,15%	106.421	150.545	10.316	11.923	28.843	36.248	63.215
Fornecedores e cauções contratuais	0,00%	28.490	28.490	28.490	-	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	3.603	3.603	3.603	-	-	-	-
Outras contas a pagar	0,00%	8.291	8.291	8.291	-	-	-	-
		570.237	699.246	87.091	111.040	163.457	133.435	204.223

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	190.198

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 17.748 (R\$ 16.383 em 31 de dezembro de 2020).

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Fernão Dias S.A. Pouso Alegre - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Fernão Dias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 4.7 e 11 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu nas suas demonstrações contábeis ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possui risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis. Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:- Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso da UGC; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance): (i) se a estimativa do valor em uso da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com orçamento aprovado pela Administração da Sociedade; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC está razoável quando comparados com um cálculo independente. ?

Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Realização dos ativos fiscais diferidos

Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 208.471 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se o estudo técnico preparado pela administração da Sociedade foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico preparado pela administração da Sociedade (fluxo de caixa) são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado condizente com o orçamento aprovado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados do estudo técnico preparado pela administração da Sociedade estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. -

Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:— Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.— Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.— Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.— Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.— Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Ribeirão Preto - SP, 23 de fevereiro de 2022. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2 SP-027666/FGustavo de Souza Matthiesen Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria ParecerNa qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG AuditoresIndependentes.Declaração da Diretoria DF!@#\$%s,Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada dedezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 dedezembro de 2021.Pouso Alegre, 23 de fevereiro de 2022.DiretoriaMarcia Fragoso SoaresDiretora de OperaçõesSimone Aparecida BorsatoDiretora Financeira e de Relações com InvestidoresAndré Giavina BianchiDiretor Executivo de OperaçõesGiane Luza Zimmer FreitasDiretora de Assuntos RegulatóriosLuiz Marcelo de SouzaDiretor de Manutenção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria ParecerNa qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG AuditoresIndependentes.Pouso Alegre, 23 de fevereiro de 2022.DiretoriaMarcia Fragoso SoaresDiretora de OperaçõesSimone Aparecida BorsatoDiretora Financeira e de Relações com InvestidoresAndré Giavina BianchiDiretor Executivo de OperaçõesGiane Luza Zimmer FreitasDiretora de Assuntos RegulatóriosLuiz Marcelo de SouzaDiretor de Manutenção